



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS

PREGÃO ELETRÔNICO N.35/2019

PROCESSO PAD N. 7.908/2019 TRE-AM

O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS, sediado na Avenida André Araújo, n. 200, Bairro Aleixo, Manaus-AM, e este Pregoeiro, designado pela Portaria TRE/AM n. 596 de 09/09/2019, tornam público que, na forma da Lei n. 8.666, de 21.06.1993 e suas alterações; Lei n. 10.520, de 17.07.2002, Decreto n. 3.555, de 08/08/2000, Decreto n. 5.450, de 31/05/2005, e Portaria TRE/AM n. 438, de 02 de junho de 2016, realizarão **LICITAÇÃO** na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do **TIPO MENOR PREÇO POR ITEM**, mediante as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

No dia, hora e sítio eletrônico abaixo indicados far-se-á a abertura do certame por meio do Sistema Eletrônico **COMPRASGOVERNAMENTAIS**:

DATA: 25 /09/2019

HORA DE BRASÍLIA: 12:00 horas.

SÍTIO ELETRÔNICO: www.comprasgovernamentais.gov.br

Não havendo expediente ou sobrevindo quaisquer fatos impeditivos da realização do certame na data marcada, a sessão será remarcada automaticamente e terá início somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

1 – DO OBJETO

- 1.1. Este pregão tem como objeto a contratação de serviço de seguro total para os veículos da frota do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas, conforme especificações do Termo de Referência n. 03/2019-SETRAN/TRE/AM.

Havendo divergência entre as especificações do objeto descritas no **CATSER** e as constantes do Termo de Referência, **prevalecerão as últimas**.

2 – DA DESPESA E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 2.1. A despesa com a execução do objeto desta licitação perfaz o valor de **R\$ 56.525,00 (cinquenta e seis mil, quinhentos e vinte e cinco reais)**, conforme média da pesquisa de preços (Anexo III do Edital).



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS

3 – DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

- 3.1. O presente certame se destina à **participação de interessado** que estiverem previamente registrados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no sistema eletrônico provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG, domiciliado no sítio eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br
- 3.1.1. O referido sistema é acessado mediante uso de **chave de identificação e senha pessoal**, obtidas junto à SLTI, onde os interessados poderão, inclusive, obter informações a respeito do seu funcionamento e regulamento, bem como receber as instruções detalhadas para sua utilização.
- 3.1.2. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação realizada diretamente ou por intermédio de seu representante, não remanescendo ao provedor do sistema ou ao TRE/AM nenhuma responsabilidade por seu uso indevido, ainda que por terceiros.
- 3.2. Não poderão participar deste Pregão:
- 3.2.1. Empresário suspenso de participar de licitação e impedido de contratar com o Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas, durante o prazo da sanção aplicada;
- 3.2.2. Empresário declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;
- 3.2.3. Empresário impedido de licitar e contratar com a União, durante o prazo da sanção aplicada;
- 3.2.4. Empresário proibido de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art.72, § 8º, V, da Lei n. 9.605/98;
- 3.2.5. Empresário proibido de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei n. 8.429/92;
- 3.2.6. Quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas no art. 9º da Lei n. 8.666/93;



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

- 3.2.6.1. Entende-se por “participação indireta” a que alude o art. 9º da Lei n. 8.666/93 a participação no certame de empresa em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócia, pouco importando o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório.
- 3.2.7. Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;
- 3.2.8. Empresário cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto deste **Pregão**;
- 3.2.9. Empresário que se encontre em processo de dissolução, falência, fusão, cisão ou incorporação;
- 3.2.10. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum; e
- 3.2.11. Consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição.

4 – DA PROPOSTA

- 4.1. A licitante deverá encaminhar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, **quando então encerrar-se-á a fase de preenchimento de propostas**.
- 4.2. A licitante deverá consignar, de forma expressa no sistema eletrônico, os preços unitários e totais dos itens, expressos em algarismos arábicos, na moeda Real, considerados apenas até a casa dos centavos, compreendendo todos os seus custos diretos e indiretos, especialmente o frete e os tributos e encargos sociais incidentes.
- 4.2.1. Os valores das franquias deverão constar obrigatoriamente nas propostas e nas apólices.
- 4.3. No campo “Descrição Detalhada do Objeto Ofertado” deverão ser prestadas todas as informações necessárias ao perfeito detalhamento do objeto.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS

- 4.4. Serão desclassificadas as propostas que comprovadamente cotarem objeto diverso do exigido neste certame; que cotarem quantitativo inferior ao estimado ou que desatendam exigências deste Edital.
- 4.5. A licitante deverá declarar, em campo próprio do Sistema, sob pena de inabilitação, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.
- 4.6. As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.
- 4.6.1 Qualquer elemento que possa identificar a licitante importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 4.6.2 Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.
- 4.7. As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.
- 4.7.1 Se, por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, e caso persista o interesse do TRE/AM, este poderá solicitar prorrogação geral da validade acima referida por, no mínimo, igual prazo.
- 4.9. A apresentação da proposta implica a aceitação plena e total das condições deste Edital e seus anexos.

5 – DA SESSÃO PÚBLICA

- 5.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.
- 5.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.
- 5.3. Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua própria desconexão ou por inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS

- 5.4. Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 5.5. No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

6 – DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 6.1. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.
- 6.2. Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

7 – DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

- 7.1. Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e do valor consignados no registro de cada lance.
- 7.2. A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.
- 7.3. Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da licitante.
- 7.4. Em caso de empate, prevalecerá o lance recebido e registrado primeiro.
- 7.5. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.
- 7.6. Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, o lance cujo valor seja manifestamente inexequível.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS

- 7.7. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

8 – DO JULGAMENTO

- 8.1. A licitação será julgada pelo critério de **menor preço por item**, na forma prevista no Art. 47, da Lei n. 8.666/93.
- 8.2. A franquia não deverá ser objeto de classificação das propostas, que serão avaliadas, exclusivamente, em função dos preços propostos (prêmio);

9 – DA NEGOCIAÇÃO

- 9.1. Após o encerramento da fase de lances, o Pregoeiro poderá encaminhar contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o menor lance, observados o critério de julgamento e o valor estimado em pesquisa de preço.
- 9.2. A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10 – DA ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

- 10.1. O Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço ofertado em relação à média da pesquisa de preços, bem como sua adequação às especificações contidas no Termo de Referência.
- 10.2. Considera-se preço excessivo, para os fins de avaliação da aceitabilidade do preço proposto, aquele que estiver acima do preço médio de mercado constante da pesquisa de preços, devidamente atualizado até a data da abertura da sessão pública, utilizando-se, para o cálculo, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado na ocasião.
- 10.3. Não se admitirá qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital e nem tampouco proposta que apresente valores irrisórios, simbólicos ou de valor zero, incompatíveis com os preços do mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie parcela ou a totalidade da remuneração.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS

11 – DA HABILITAÇÃO

- 11.1. A habilitação da licitante será verificada por meio de sua regularidade no SICAF, nos documentos por ele abrangidos, e da documentação complementar, especificada neste Edital.
- 11.2. A regularidade a que se refere o item anterior restringir-se-á à Receita Federal, à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e à Justiça Trabalhista.
- 11.3. Na hipótese de ser verificado o vencimento do prazo de validade de qualquer documentação exigida para cadastramento, será assegurado à licitante o direito de encaminhar os seguintes documentos, atualizados e regularizados:
- a) prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
 - b) prova de regularidade com a Fazenda Nacional; e
 - c) prova de inexistência de débitos inadimplidos junto à Justiça do Trabalho.
- 11.4. A licitante deverá preencher em campo próprio do sistema ou encaminhar, sob pena de inabilitação:
- a) Declaração de que cumpre o disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, conforme prescreve o inciso V, do art. 27, da Lei n. 8.666, de 21/06/93, acrescido pela Lei n. 9.854, de 27/10/99; e
 - b) Declaração de que não possui empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao TRE-AM (artigo 3º da Resolução n. 7/2005, do Conselho Nacional de Justiça); ou que estejam impedidos nos termos do art. 4º da Resolução CNJ n. 156/2012.
- 11.5. A partir da solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico, para o envio de documentos de habilitação complementares, fiscais ou não-fiscais (item 11.3 e 11.4), o prazo máximo para encaminhamento será de 120 (cento e vinte) minutos, sob pena de inabilitação.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS

- 11.6. Sob pena de inabilitação, todos os documentos encaminhados deverão estar em nome da licitante, com indicação do número de inscrição no CNPJ. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 11.7. O Pregoeiro poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões, para verificar as condições de habilitação das licitantes, constituindo meio legal de prova as informações obtidas dessa forma.
- 11.8. O documento que não tiver prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor, não será habilitante, quando o intervalo entre sua data de expedição ou revalidação e a data da abertura da sessão pública for superior a 180 (cento e oitenta) dias.
- 11.8.1. Excetua-se o documento que, por imposição legal, tenha validade indeterminada.

12 – DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA

- 12.1. A adjudicação do objeto deste pregão será feita à empresa que, tendo atendido a todas as condições e exigências deste Edital e seus anexos, apresentar **o menor preço por item**.
- 12.2. O Pregoeiro solicitará à licitante vencedora o reenvio de sua proposta de preço, devidamente adequada ao último lance, no prazo máximo de 60 (sessenta) minutos após a solicitação.
- 12.3. Se a proposta não for aceitável, ou, ainda, se a licitante não atender as exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda este Edital.

13 – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- 13.1. Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá manifestar, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentar as razões de recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentar contrarrazões também via sistema e em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS

- 13.2. A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, no momento da sessão, implicará decadência e preclusão desse direito, podendo o Pregoeiro adjudicar o objeto à licitante vencedora.
- 13.3. O Pregoeiro examinará a intenção do recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema. Não será admitida a intenção de recurso de caráter meramente protelatória, fundada apenas na insatisfação da licitante.
- 13.4. No julgamento da habilitação e das propostas, é facultado ao Pregoeiro sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, fazendo-o mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia e validade para fins de habilitação e classificação.
- 13.5. Admitido o recurso, e mantida a decisão do Pregoeiro, será o feito apreciado pela Autoridade competente. O provimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 13.6. Após decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, o Presidente do TRE-AM poderá homologar o procedimento de licitação e determinar a adjudicação do objeto à licitante vencedora.

14 – DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO E DA VISTORIA

- 14.1. Os serviços prestados obedecerão o estabelecido nos itens “3”, “5”, “6”, “10”, “12” e “15”, do Termo de Referência.
- 14.1.1. O seguro deverá ter a validade de 12 (doze) meses, com vigência a partir do prazo previsto no anexo I do Termo de Referência n. 003/2019-SETRAN/TRE/AM.
- 14.1.2. Todos os motoristas do TRE/AM têm idade superior a 21 (vinte e um) anos.
- 14.1.3. A licitante vencedora deverá assegurar o objeto desta contratação a partir de 05/10/2019, prazo final do contrato vigente.
- 14.2. A licitante interessada em vistoriar os veículos a serem segurados poderá comparecer ao TRE/AM, no horário das 09 às 13 horas, até a data de abertura das propostas. A vistoria deverá ser marcada previamente por intermédio do telefone (0xx92) 3632-4453 ou 3632-4454, na Seção de Transporte (SETRAN) da Coordenadoria de Serviços Gerais (COSEG), situada à Avenida André Araújo, 200, Bairro Aleixo, Manaus- AM.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS

- 14.3. O fato da licitante deixar de realizar a vistoria ora prevista não motiva descumprir as obrigações pertinentes ao objeto desse Edital, principalmente quanto à cobertura de equipamentos e de acessórios.
- 14.4. Não será permitida a vistoria de duas ou mais empresas concomitantemente.

15 – DAS OBRIGAÇÕES DO TRE/AM

- 15.1. Promover, por intermédio de servidor designado, o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto da presente contratação, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, de acordo com as especificações do edital e do Termo de Referência, exijam medidas por parte da contratada;
- 15.2. Proporcionar todas as facilidades necessárias à boa execução do objeto;
- 15.3. Prestar as informações e os esclarecimentos referentes a sinistro que venha a ocorrer com os veículos segurados;
- 15.4. Em caso de sinistro, efetuar o pagamento do valor referente a franquia, prioritariamente à concessionária/oficina que promoveu o conserto do veículo; caso a concessionária/oficina não esteja com sua documentação relativa ao fisco, seguridade social, FGTS e trabalhista regular, o pagamento da franquia será efetuado à seguradora emitente da apólice que se responsabilizará pelo repasse;
- 15.5. Comunicar a contratada impropriedade apresentada na execução do objeto; e
- 15.6. Efetuar o pagamento do prêmio referente ao seguro à licitante contratada, de acordo com as condições estabelecidas.

16 – DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA

- 16.1. Designar preposto para representar a proposta da seguradora junto ao TRE-AM;
- 16.2. Retirar a nota de empenho relativa ao objeto da contratação no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar da notificação e emitir o recibo no valor dos prêmios de seguro a serem pagos, com vista ao atesto pelo fiscal designado e posterior pagamento, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a contar da retirada da nota de empenho;



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS

- 16.3. Fornecer assistência 24 (vinte e quatro) horas por dia, disponível durante 7 (sete) dias por semana, 365 (trezentos e sessenta e cinco) ao ano, com sistema 0800 (discagem direta gratuita) – (DDG), mesmo que a ligação seja originada de aparelho celular, com reboque ou transporte do veículo segurado, em caso de acidente, pane mecânica ou elétrica, até a oficina que atenda aos reparos necessários, sem limite de quilometragem a partir do local do acontecimento;
- 16.4. Proporcionar cobertura a danos nos vidros, faróis e retrovisores dos veículos segurados;
- 16.5. Proporcionar cobertura mesmo nos casos em que não for possível a realização de perícia policial
- 16.6. Efetuar, quando solicitado pelo TRE-AM, quaisquer alterações na apólice, mediante endosso, como substituição, exclusão ou inclusão de veículos, correção de nome do segurado, endereço, chassi ou placas dos veículos emitidos erroneamente
- 16.7. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do objeto
- 16.8. Manter, durante a execução do objeto, as condições de habilitação exigidas na licitação

17 – DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

- 17.1. Pela regular execução dos serviços, o Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas pagará à licitante vencedora os valores apresentados em sua proposta de preços em conformidade com os termos e especificações constantes neste Edital, sem qualquer ônus ou acréscimos.
- 17.2. O TRE/AM efetuará o pagamento dos serviços por meio de crédito em conta corrente da empresa, mediante Ordem Bancária, em até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do registro da aceitação dos serviços constantes na Nota Fiscal.
- 17.3. Para fazer *jus* ao pagamento dos serviços devidamente contratados e efetivamente entregues e aceitos, a contratada deverá apresentar, juntamente com a(s) nota(s) fiscal(is), os seguintes documentos obrigatórios:
 - 17.3.1. Declaração a que se refere o art. 6º, caput, da Instrução Normativa SRF n. 1234, de 11 de janeiro de 2012, caso a empresa seja optante pelo SIMPLES nacional; e



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

17.3.1.1. Os fiscais da contratação poderão verificar a permanência do contratado no SIMPLES Nacional mediante consulta ao Portal do SIMPLES Nacional, e anexar cópia da consulta na documentação referente ao pagamento, não havendo, nesse caso, a necessidade de se juntar a Declaração de Optante pelo SIMPLES nas Liquidações de Despesas de empresas enquadradas nessa situação.

17.3.2. Recibo regularmente assinado.

17.4. A regularidade perante o FGTS, Dívida Ativa e Tributos Federais e Débitos Trabalhistas, será consultada pela Contratante, no momento da formalização da solicitação de liquidação de despesa. Caso a empresa não esteja regular, deverá ser comunicada do fato, e a liquidação permanecerá no aguardo da regularização, sem que, ocorram ônus para o TRE-AM decorrentes do não pagamento até que a empresa regularize a sua situação perante os institutos citados.

17.5. O CNPJ constante da nota fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta comercial da empresa e na nota de empenho.

18 – DAS PENALIDADES

18.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não retirar a nota de empenho, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comporta-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

18.2. O atraso injustificado na prestação do serviço sujeitará o contratado à multa de mora, no percentual de 1% (um por cento) ao mês, *pro rata die*, calculado sobre o valor dos itens prestados em atraso.

18.3. Pela inexecução total ou parcial do contrato, o TRE-AM poderá aplicar à licitante vencedora as seguintes sanções, garantida a prévia defesa e o recurso:

18.3.1. **Multa por inexecução parcial**, no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o preço total do contrato, a ser aplicada pela execução em desacordo com o termo de referência; e



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS

- 18.3.2. **Multa por inexecução total, no percentual de 10% (dez por cento)** sobre o preço total do contrato, a ser aplicada nos casos de descumprimento total das disposições do termo de referência.
- 18.4. Conforme o caso concreto, poderão ser aplicadas cumulativamente as sanções previstas nos itens “18.1.” e “18.2 ou 18.1 e 18.3”, bem como as sanções previstas nos itens “18.2.” e “18.3.1.”
- 18.5. As sanções serão relevadas mediante comprovação da incidência das hipóteses previstas nos incisos II e V do § 1º do Art. 57 da Lei n. 8.666/93, bem como na ocorrência de caso fortuito, força maior ou fato do príncipe, desde que regularmente comprovado em documentos contemporâneos a sua ocorrência, motivos em que a Contratada não responderá pelos prejuízos resultantes, conforme preceitua o art. 393 do Código Civil.
- 18.6. O prazo para defesa prévia e para recurso das sanções previstas neste Edital é de 5 (cinco) dias úteis, contados da regular notificação da contratada, sendo idêntico o prazo para resposta da autoridade competente.
- 18.7. Se a licitante incorrer nas hipóteses de multas previstas neste Edital, havendo créditos a receber em razão do fornecimento, será efetuada a glosa do valor correspondente à sanção a ser aplicada, momento em que será notificada para apresentar defesa prévia.
- 18.8. Aceita a defesa, o valor glosado será devolvido, em caso de indeferimento ou não apresentação de defesa prévia e, posteriormente, de recurso, o valor será recolhido ao Tesouro Nacional, conforme decisão da autoridade competente.
- 18.9. Na inexistência ou insuficiência de pagamentos a serem realizados pelo Contratante, incorrendo a licitante nas sanções previstas neste Edital, será notificada da abertura de instrução acerca da aplicação da penalidade de multa, podendo manifestar-se sobre a matéria objeto do procedimento, no prazo fixado no item 18.6.
- 18.10. Indeferidas as alegações apresentadas na defesa prévia ou esgotado o prazo para sua apresentação sem manifestação da licitante, a autoridade competente aplicará a sanção cabível, respeitados os direitos previstos no capítulo V da Lei n. 8.666/93.
- 18.11. No caso de aplicação das multas previstas neste Edital, após a decisão da autoridade superior, o TRE-AM emitirá Guia de Recolhimento da União—GRU no valor correspondente, cujo pagamento deverá ocorrer no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, após a regular notificação, sob pena de cobrança judicial.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS

- 18.12. Caso o valor da multa não seja passível de inscrição em dívida ativa, a contratada sujeitar-se-á à aplicação de outra sanção, respeitando-se, em qualquer hipótese, o devido processo legal.
- 18.13. As sanções previstas neste Edital serão aplicadas pela autoridade competente do TRE-AM, segundo a gravidade da falta cometida, em atendimento aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, garantida a prévia defesa, o recurso e o regular processo administrativo, e serão compulsoriamente registradas no SICAF, no Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP da Controladoria Geral da União e no Cadastro Informativo de Créditos não quitados do Setor Público Federal – CADIN, conforme o caso.

19 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 19.1. As despesas decorrentes da aquisição correrão à conta do **Programa de Trabalho 02.122.0570.20GP.0013 – Julgamento de Causas e Gestão da Administração na Justiça Eleitoral no Estado do Amazonas.**

20 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 20.1. O prazo para retirada da Nota de Empenho será de até 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação pelo TRE-AM, que poderá dar-se via fax, e-mail ou ser entregue diretamente na sede da contratada.
- 20.2. Na contagem dos prazos previstos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias corridos quando não disposto em contrário. Os prazos somente iniciam e vencem em dia de efetivo expediente no Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas.
- 20.3. Considerar-se-á atraso injustificado a entrega e/ou substituição do produto da prestação de serviços efetuada após os prazos fixados neste Edital, sem a devida concessão de prorrogação de prazo, em razão de requerimento devidamente fundamentado.
- 20.4. Se os prazos elencados neste Edital findarem em dia que não haja expediente no TRE-AM, ficam automaticamente prorrogados para o primeiro dia útil subsequente.
- 20.5. Na hipótese de atraso injustificado na entrega e/ou substituição do produto da prestação dos serviços, o disposto no subitem anterior será desconsiderado para fins de contagem dos dias de atraso.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS

- 20.6. Considera-se atraso justificado o decorrente das hipóteses previstas nos incisos II e V do § 1º do Art. 57 da Lei n. 8.666/93, de caso fortuito, força maior ou fato do príncipe, contemporâneos ao prazo da entrega, desde que regularmente comprovados, cabendo à contratada apresentar as justificativas por escrito, devidamente fundamentadas.
- 20.7. Os pedidos de prorrogação e as justificativas apresentadas pela contratada serão apreciados pela autoridade competente do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas.
- 20.8. Não sendo aceitos os pedidos de prorrogação e as justificativas, ou não sendo estes apresentados no prazo previsto neste Edital, iniciar-se-ão os procedimentos referentes à aplicação das sanções administrativas, podendo o TRE-AM, ainda, decidir pelo cancelamento da nota de empenho, além das cominações legais aplicáveis.
- 20.9. Aos recursos administrativos aplicam-se as normas da Lei n. 8.666/93.
- 20.10. O TRE-AM informará à licitante qualquer decisão decorrente de requerimentos apresentados, bem como de decisões relativas à aplicação das sanções previstas neste Edital, do que será comunicada da abertura de prazo para apresentação de recurso, nos termos constantes do item 18.6 deste Edital.
- 20.11. Constituem fases para a aplicação das sanções previstas: a notificação, a defesa, a decisão, o recurso, a decisão referente ao recurso e a execução.
- 20.12. Constituem motivos para cancelamento da nota de empenho, os constantes no Art. 78 da Lei n. 8.666/93.

21 – DA FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

- 21.1. A Contratante indicará servidor para o acompanhamento e fiscalização do contrato, nos termos da Instrução Normativa n. 05/2017-SEGES/MPDG, devendo, ainda, executar as seguintes atividades:
- 21.1.1. Exercer toda e qualquer ação de orientação e controle da execução contratual;
- 21.1.2. Registrar as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento;



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS

- 21.1.3. Informar à Administração acerca de qualquer irregularidade que porventura venha a ocorrer, a fim de que sejam tomadas as medidas cabíveis;
 - 21.1.4. Encaminhar à Administração documento que relacione as ocorrências que impliquem multas a serem aplicadas à contratada; e
 - 21.1.5. Atestar a Nota Fiscal de Serviço, confirmando a execução do serviço objeto deste Termo de Referência e realizar a respectiva liquidação de despesa, mediante comprovação da regularidade fiscal junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), à Previdência Social (Certidão Negativa de Débito do Instituto Nacional de Seguro Social (CND INSS), Fazenda Federal e Dívida Ativa da União e Tribunal Superior Trabalhista (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas), devidamente atualizadas.
- 21.2. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei n. 8.666, de 1993.

22 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DA LICITAÇÃO

- 22.1. Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão.
- 22.2. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de vinte e quatro horas.
- 22.3. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.
- 22.4. A presente licitação somente poderá vir a ser revogada por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente, devidamente comprovado, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- 22.5. As empresas interessadas no certame poderão formular consultas, solicitar informações e obter esclarecimentos relativos à licitação, em campo próprio do sistema ou mediante mensagem endereçada ao e-mail cpl@tre-am.jus.br.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS

- 22.6. É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.
- 22.7. Constituem anexos do presente Edital, complementando-se para a definição do objeto desta licitação:

Anexo I – **Termo de Referência n. 03/2019-SETRAN/TRE-AM;**

Anexo II - Portaria n. 438/2016 – TRE/AM; e

Anexo III – Pesquisa de Preços.

Manaus (AM), 10 de Setembro de 2019.

Elôngio Moreira dos Santos Júnior
PREGOEIRO



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS

ANEXO I DO EDITAL

TERMO DE REFERÊNCIA N. 03/2019-SETRAN/TRE/AM

Prestação de serviço de SEGURO TOTAL para os veículos da frota do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas, consoante especificações, exigências e prazos previsto neste Termo de Referência.

1. OBJETO

1.1 Prestação de serviços de Seguro Total para os veículos da frota do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas, consoante as especificações, exigências e prazos previsto neste Termo de Referência.

1.2 A quantidade de veículos oficiais a serem segurados será de acordo com o **anexo I** deste termo de referência, podendo transcorrer em excluídos ou incluídos, conforme a aquisição ou desfazimento dos veículos mantidos.

1.3 A duração da prestação de serviços de Seguro Total para os veículos da frota do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas, consoante as especificações, exigências e prazos previsto neste Termo de Referência, terá duração de 12 (doze) meses.

1.4 O número de catalogação da prestação do serviço-CATSER, objeto deste Termo de Referência, é o de nº 22.764.

1.5 A pretensa contratação detém recurso para o embolso, conforme UGR 70197-SETRAN.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1 A motivação da contratação de Empresa no ramo de prestação de serviços de Seguro Total para os veículos da frota do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas, consoante as especificações, exigências e prazos previsto neste Termo de Referência, impera-se por determinação das resoluções de nºs. 01/2016 e 02/2010 do TRE-AM, como também, por ser o serviço prestado por esta Seção de Transporte fora das dependências desta Egrégia Corte Eleitoral, uma vez que a circulação de veículos na Cidade de Manaus e proximidades, está estimado em aproximadamente 700.000 (setecentos mil) veículos, fato esse que contribui e muito para o aumento dos riscos de colisões e acidentes em geral.

A Resolução de nº 01/2016, que trata sobre o plano estratégico do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas pelo sexénio (2016-2021), traz como missão, garantir a legitimidade do processo eleitoral e o livre exercício do direito de votar e ser votado, a fim de fortalecer a democracia.

Diante deste objetivo a cumprir estar a busca pela qualidade do processo de contratação, traduzida em racionalidade e agilidade, para que a administração possa contratar bons produtos e serviços, a baixo custo, e no tempo que permita sua utilização para o bom desempenho institucional.

Baseando-se neste pilar do bom desempenho da instituição é que faz necessário o prosseguimento desta pretensa contratação.

Vale ainda ressaltar sobre a imposição do art. 4º da Resolução 02/2010-TRE-AM que determina a cobertura securitária total contra sinistros de qualquer natureza, inclusive contra terceiro.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS

In verbis:

Art. 4º O Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas providenciará para que, no mínimo, os veículos de representação e de transporte institucional tenham cobertura securitária total contra sinistros de qualquer natureza, inclusive contra terceiro.

Desta forma, a razão da contratação justifica-se, tendo como base de apoio a referida Resolução. Além disso, é importante mencionar que os serviços prestados pela Seção de Transporte, em sua grande parte, é realizado fora das dependências do órgão eleitoral, expondo os veículos constantemente aos riscos de acidentes.

Estes riscos diários que estão expostos o patrimônio institucional, elevam-se ao analisarmos o tráfego de veículos no Estado do Amazonas, que atualmente aproxima-se dos 700.000 (setecentos mil) veículos, com uma população de aproximadamente 4.063.614 (quatro milhões, sessenta e três mil e seiscentos e catorze mil) habitantes.

Portanto a preservação do bem público, da vida de terceiros, por meio de contratação de Seguro Total, são fundamentais diante de possíveis sinistros que possam ocorrer na prestação dos serviços de transporte.

3 TIPO DE SEGURO

3.1 O presente Termo de Referência tem como objetivo o fornecimento de Seguro Total para os veículos relacionados no Anexo I e deverá cobrir os riscos derivados da circulação do veículo segurado, as despesas indispensáveis ao salvamento e transporte do veículo até a oficina autorizada pelo contratante, e as indenizações ou prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas de seguro, em todo o território nacional.

3.2 O Seguro deverá cobrir:

- a.** Colisão, Incêndio e Roubo e Furto;
- b.** RCF (Responsabilidade Civil e Facultativa);
- c.** APP (Acidente por Passageiro).

3.3 Farão parte da Composição do preço do Seguro, os seguintes itens:

- a)** (Importância Segurada pelo Veículo, referente a 100% da tabela FIPE para cada veículo). Considerar para efeito de cálculo do valor do seguro a publicação do mês da abertura das propostas de preços, no certame licitatório.
- b)** RCF DM (Danos Materiais de Terceiros-Valor mínimo: R\$ 40.000,00
- c)** RCF DP (Danos Pessoais de Terceiros-Valor mínimo: R\$ 40.000,00
- d)** 6APP Morte (por pessoa)-Valor mínimo: R\$ 10.000,00
- e)** APP Invalidez. (por pessoa)-Valor mínimo: R\$ 10.000,00
- f)** Franquia reduzida.

4. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

4.1 Será declarada vencedora a empresa que apresentar a proposta de menor preço (valor do prêmio), considerando a soma dos valores propostos de cada item do anexo I, pelo período de 12 (doze) meses, conforme planilha de formação de preços do anexo II.

5. DA APÓLICE



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS

- 5.1** A empresa que arrematar mais de um item para cobertura de seguro deverá emitir uma única apólice que contemple todos os itens arrematados;
- 5.2** A empresa deverá entregar as apólices na Seção de Transporte do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da publicação do extrato do contrato na Imprensa Oficial.
- 5.3** Para a emissão de 2ª via, emissão de apólice por endosso ou para correção de dados, como placa de veículos, classe de bônus, entre outros, 30 (trinta) dias corridos a contar de pedido expresso pela fiscalização do TRE.

6. DA FRANQUIA

- 6.1** A franquia considerada é a REDUZIDA, observado, no entanto, o seguinte:
- 6.1.1** - A franquia não deverá ser objeto de classificação das propostas, que serão avaliadas exclusivamente em função dos preços propostos (prêmio);
- 6.1.2** - Os valores das franquias deverão constar obrigatoriamente nas propostas e nas apólices;
- 6.1.3** - Em caso de sinistro, o valor referente à franquia deverá ser pago pelo segurado, prioritariamente, à concessionária/oficina que promover o conserto do veículo; caso a concessionária/oficina não esteja com sua documentação relativa ao Fisco, Seguridade Social, FGTS e trabalhista regular, o pagamento da franquia deverá ser efetuado à seguradora emitente da apólice, que se responsabilizará pelo repasse.

7. FISCALIZAÇÃO

- 7.1** A fiscalização dos serviços prestados pela seguradora vencedora do objeto de licitação será realizada pelos fiscais designados pela autoridade competente.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 8.1** Designar preposto para representar a proposta da Seguradora junto ao TRE/AM.
- 8.2** Retirar a Nota de Empenho relativa ao objeto da contratação no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar da notificação e emitir o recibo no valor dos prêmios de seguro a serem pagos, com vistas ao atesto pelo fiscal designado e posterior pagamento, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a contar da retirada da Nota de Empenho;
- 8.3** Fornecer assistência 24 (vinte e quatro) horas por dia, disponível durante 7 (sete) dias por semana, 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias ao ano, com sistema 0800 – Discagem Direta Gratuita – (DDG), mesmo que a ligação seja originada de aparelho celular, com reboque ou transporte do veículo segurado, em caso de acidente, pane mecânica ou elétrica, até a oficina que atenda aos reparos necessários, sem limite de quilometragem a partir do local do acontecimento;
- 8.4** Proporcionar cobertura a danos nos vidros, faróis e retrovisores dos veículos segurados;
- 8.5** Proporcionar cobertura mesmo nos casos em que não for possível a realização de perícia policial.
- 8.6** Efetuar, quando solicitado pelo TRE/AM, quaisquer alterações na apólice, mediante endosso, como substituição, exclusão ou inclusão de veículos, correção de nome do segurado, endereço, chassi ou placas dos veículos emitidos erroneamente;
- 8.7** Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do objeto;
- 8.8** Manter, durante a execução do objeto, as condições de habilitação exigidas na licitação.
- 8.9**



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS

9. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1 Uma vez decidida a contratação, o TRE/AM:

- a)** promoverá, por intermédio de servidor designado, o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, de acordo com as especificações do edital e do termo de referência, exijam medidas por parte da licitante contratada;
- b)** proporcionará todas as facilidades necessárias à boa execução do objeto;
- c)** prestará as informações e os esclarecimentos referentes a sinistro que venha a ocorrer com os veículos segurados;
- d)** em caso de sinistro efetuará o pagamento do valor referente à franquia, prioritariamente à concessionária/oficina que promoveu o conserto do veículo; caso a concessionária/oficina não esteja com sua documentação relativa ao Fisco, Seguridade Social, FGTS e trabalhista regular, o pagamento da franquia será efetuado à seguradora emitente da apólice que se responsabilizará pelo repasse;
- e)** comunicará a licitante contratada impropriedade apresentada na execução do objeto;
- f)** efetuará o pagamento do prêmio referente ao seguro à licitante contratada, de acordo com as condições estabelecidas.

10 DA GUARDA E UTILIZAÇÃO DOS VEÍCULOS DO TRE/AM

10.1 Os veículos são conduzidos por servidores do Tribunal e motoristas terceirizados e permanecem recolhidos em estacionamento fechado e privativo do TRE/AM, excetos em casos excepcionais previstas na Resolução 02/2010/TREAM.

11. DA VISTORIA

11.1 A empresa interessada em vistoriar os veículos a serem segurados poderá comparecer ao TRE/AM, no horário das 09 às 13 horas, até a data de abertura das propostas. A vistoria deverá ser marcada previamente por intermédio do telefone (0xx92) 3632-4453 ou 3632-4454, na Seção de Transporte (SETRAN) da Coordenadoria de Serviços Gerais (COSEG), situada à Avenida André Araújo, 200, Bairro Aleixo, Manaus- AM.

11.2 O fato de a seguradora deixar de realizar a vistoria ora prevista não motiva descumprir as obrigações pertinentes a esse objeto, principalmente quanto à cobertura de equipamentos e de acessórios.

11.3 Não será permitida a vistoria de duas ou mais empresas concomitantemente.

12. DO ENDOSSO

12.1 Quaisquer alterações na apólice poderão ser solicitadas pelo TRE/AM e processadas pela seguradora, mediante endosso, dentre elas:

- 12.1.1** - substituição de veículos;
- 12.1.2** - exclusão de veículos;
- 12.1.3** - inclusão de veículos;
- 12.1.4** - correção de nome do segurado, endereço, chassi e placas dos veículos emitidos erroneamente.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

13.2 Aplicam-se subsidiariamente, para a modalidade de pregão, as normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

13.3 O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, será descontado de pagamentos eventualmente devidos pelo TRE-AM à CONTRATADA ou cobrado judicialmente.

13.4 Ad cautelam, o TRE-AM poderá efetuar a retenção do valor presumido da multa, antes da instauração do regular procedimento administrativo.

13.5 Todas as penalidades serão registradas no SICAF.

14. DO FORO

14.1 Fica eleito o foro da Justiça federal em Manaus, Seção Judiciária do Estado do Amazonas, como o competente para dirimir as questões decorrentes da execução desta contratação.

15. DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 O Seguro deverá ter a validade de 12 (doze) meses, com vigência a partir do prazo previsto no anexo I.

15.2 Todos os motoristas do TRE/AM têm idade superior a 21 (vinte e um) anos.

15.3 Na contagem dos prazos deste Termo, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos.

15.4 Os prazos somente se iniciam e vencem em dia de efetivo expediente no Contratante;

15.5 Considera-se atraso justificado o decorrente dos incisos II e V do § 1º do Art. 57 da Lei nº 8.666/93, de caso fortuito, força maior ou fato do príncipe, contemporâneos ao prazo da entrega, regulamente comprovado, cabendo à contratada apresentar as justificativas por escrito e devidamente fundamentadas;

15.6 Os pedidos de prorrogação e as justificativas prevista no item anterior deverão ser apreciadas pela autoridade competente do Contratante;

15.7 Não sendo aceitos os pedidos de prorrogação e as justificativas ou não sendo estes apresentados, iniciar-se-ão os procedimentos referentes à aplicação das sanções previstas neste Termo, podendo o Contratante, ainda, decidir pela rescisão do Contrato;

15.8 O Contratante deverá informar à Contratada qualquer decisão decorrente de requerimentos ou pedidos de justificativas apresentados;

15.9 Constituem fases para aplicação das sanções previstas: notificação, defesa, decisão, recurso e execução;

15.10 Quanto ao procedimento de aplicação de sanções administrativas, será aplicada a portaria de nº 364/2017 do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas.

15.11 A empresa vencedora deverá assegurar o objeto desta contratação a partir de 05/10/2019, prazo final do contrato vigente.

15.12 Aos casos omissos aplicar-se-á a Lei 8.666/1993 e alterações subsequentes.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS

Manaus, 24 de julho de 2019

Jonas Rosa Silva
Chefe da Seção dos Transportes



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS

ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA

VEÍCULOS A SEREM ACOBERTADOS PELO SEGURO TOTAL

COBERTURA: Das 24h do dia __/__/__ às 24h do dia __/__/__		
ESPECIFICAÇÕES DOS VEÍCULOS		Valor unitário/FIPE/julho
ITEM		
01	01 (um) Veículos MICROONIBUS NACIONAL, marca AGRALE, Modelo Mascar Gramini M, diesel, potência 115 CV, 06 tempos, injeção eletrônica, direção hidráulica, capacidade para 28 passageiros, cor branca, ano FAB/MOD 2007/2007, Placa MHL 0652 , CHASSI 9BYC3061W7C000049	R\$ 39.990,00
02	02 (dois) Veículos de marca Ford Focus, Modelo 2L FC flex., álcool e gasolina, potência 148 CV, automático, injeção eletrônica, direção hidráulica, capacidade para 05 passageiros, cor preta, ano FAB/MOD 2012, Placas NOV 5034 , CHASSI 8AFTZZFFCCJ015844 e NOV 5044 , CHASSI 8AFTZZFFCCJ015848.	R\$ 32.123,00
03	01 (um) Veículos de marca Nissan, Modelo LE 2.5 4X4, diesel , potência 172 CV, 5 tempos, injeção eletrônica, direção hidráulica, capacidade para 05 passageiros, cor 94DVCUD409J157558.preta, ano FAB/MOD 2008/2009, Placa NOI 0184 , CHASSI	R\$ 56.724,00
04	02 (dois) Veículos de marca VW, Modelo Gol 1.0, álcool/gasolina , potência 70 CV, 5 tempos, injeção eletrônica, direção hidráulica, capacidade para 05 passageiros, cor branca, ano FAB/MOD 2005/2006, Placa JXK 1457 , CHASSI 9BWCA05W66P004115 e JXK 1447 , CHASSI 9BWCA05W06T038414.	R\$ 13.245,00
05	03 (três) veículos tipo VAN, de marca PEUGEOT, Modelo BOXER M330M 23S, DIESEL, potência 127 CV, 5 tempos, injeção eletrônica, direção hidráulica, capacidade para 16 passageiros, cor branca, ano FAB/MOD 2013/2013, Placas OAF 9213 , CHASSI 936ZBWMMBD2096788, OAJ 2374 ,CHASSI 936ZBWMMBD2115306, OAJ-2394 CHASSI 936ZBWMMBD2115315.	R\$ 64.868,00
06	02 (dois) Veículos de marca TOYOTA, Modelo COROLLA XEI 1.8 VVT, gasolina, potência 136 CV, 5 tempos, injeção eletrônica, direção hidráulica, capacidade para 05 passageiros, cor PRETA, ano FAB/MOD 2005/2006, Placa JKH 6481 , CHASSI 9BR53ZEC268625400, JKH-6451 ,CHASSI 9BR53ZEC268625439.	R\$ 26.399,00



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS

07	02 (dois) Veículos TIPO PICAPE de marca FORD RANGER, Modelo XLSCD4 2.2, DIESEL, potência 160 CV, 5 tempos, injeção eletrônica, direção hidráulica, capacidade para 05 passageiros, cor BRANCA, ano FAB/MOD 2017/2018, Placa PHL 9806 , CHASSI 8AFAR23N5JJ053570 e PHL 9793 , CHASSI 8AFAR23N0JJ056005.	R\$ 98.017,00
-----------	--	---------------

[Http//Veiculos.fipe.org.br](http://Veiculos.fipe.org.br) em 24/06/2019



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS

ANEXO II DO TERMO DE REFERÊNCIA

DO MODELO DE PROPOSTA E DOS PREÇOS ESTIMADOS

ITEM	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
01	1		
02	2		
03	1		
04	2		
05	3		
06	2		
07	2		



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS

ANEXO II DO EDITAL

PORTARIA N. 438/2016

O PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 7º da Lei n. 10.520/2002, 9.784/1999 e no art. 17 do Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas;

CONSIDERANDO decisão proferida no Processo Administrativo Digital n. 1789/2015;

CONSIDERANDO, por fim, a necessidade de sistematizar a aplicação de sanções administrativas a licitantes, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas,

RESOLVE:

Art. 1º. Instituir, por meio desta portaria, o rito do Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade referente às infrações praticadas pelos fornecedores do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas, bem como regulamentar a competência para aplicação das sanções administrativas cabíveis, conforme previsto nas leis, normas, contratos e instrumentos convocatórios.

Parágrafo único. As sanções de que trata esta portaria são as previstas no art. 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002.

Art. 2º. Na aplicação das sanções administrativas de que trata esta portaria, a autoridade administrativa levará em conta a conduta praticada e a intensidade do dano provocado, segundo os critérios de razoabilidade e proporcionalidade.

Art. 3º. Nas licitações realizadas na modalidade Pregão, ficará impedido de licitar e contratar com a União, bem como será descredenciado do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, e no cadastro de fornecedores do TRE-AM, pelo prazo mínimo de 90 (noventa) dias e pelo prazo máximo de 05 (cinco) anos, a que se refere o inciso XIV do art. 4º e o art. 7º da Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002, sem prejuízo de multa de até 5% do valor estimado para a contratação e demais cominações legais, o licitante que:

- I – deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa;
- II – não mantiver as condições apresentadas na proposta;
- III – comportar-se de modo inidôneo;
- IV – fazer declaração falsa.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS

Parágrafo único. Para os fins do inciso III, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos arts. 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 4º. A iniciativa para instrução do procedimento relativo à aplicação de penalidades será do pregoeiro, sempre que houver o descumprimento das normas editalícias durante o transcurso do certame licitatório.

§ 1º Na hipótese prevista no caput deste artigo, o pregoeiro deverá indicar, em despacho fundamentado, as penalidades específicas que poderão ser aplicadas, demonstrando o dispositivo editalício violado bem como a respectiva sanção, abstendo-se de realizar cálculos monetários.

§ 2º O pregoeiro, ao indicar as penalidades específicas que deverão ser aplicadas, deverá sopesar os danos causados à Administração pelo descumprimento de regras editalícias, analisando, sempre que possível, os transtornos causados ao interesse público.

Art. 5º. O procedimento para apuração da sanção deverá observar o seguinte rito:

I - notificação à licitante, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, acerca da intenção do Tribunal em aplicar penalidade, designando a abertura de prazo de 05 (cinco) dias para apresentação de defesa prévia, bem como abertura de vista dos autos;

II – apreciação da defesa prévia pelo pregoeiro em despacho fundamentado e remessa dos autos à Diretoria-Geral;

III- análise dos autos pela Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral;

IV - encaminhamento do feito à Presidência pela Diretoria-Geral;

V – decisão sobre a aplicação da penalidade pela Presidência em despacho fundamentado;

VI – notificação ao licitante do ato decisório por intermédio da Comissão Permanente de Licitação;

VII- abertura de prazo de 05 (cinco) dias para interposição de recurso, bem como abertura de vista dos autos à licitante pela Comissão Permanente de Licitação;

VIII - encaminhamento à Presidência pela Diretoria-Geral;

IX - análise das razões do recurso pela Assessoria Jurídica da Presidência;

X - decisão pelo acolhimento, ou não, do recurso e, consequentemente, pela manutenção, ou não, da sanção.

XI - mantida a sanção, os autos serão remetidos à Secretaria Judiciária para distribuição, visando a submissão ao Tribunal, para decisão;

XII - proferida decisão pelo Tribunal, notificação do licitante pela Secretaria Judiciária sobre o ato que decidiu o recurso



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS

XIII – após certificado o trânsito em julgado da decisão, pela Secretaria Judiciária, esta remeterá o feito à Diretoria Geral, para posterior encaminhamento dos autos à Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças, a fim de adotar as providências subsequentes;

XIV – Havendo decisão pela aplicação de multa, os autos serão encaminhados à Coordenadoria de Orçamento e Finanças para cálculo dos valores a serem recolhidos, emitindo a guia respectiva, que deverá ser encaminhada à licitante, pelo Gabinete da Secretaria de Administração.

Art. 6º. Quando o contratado apresentar defesa prévia ou fizer uso do direito de recorrer, deverá indicar o número do respectivo processo. A apresentação da peça dar-se-á de uma das seguintes maneiras:

I – mediante protocolização na seção de Protocolo e Expedição, que encaminhará o expediente ao Pregoeiro;

II – mediante encaminhamento via mensagem eletrônica, endereçada à conta de correio eletrônico da Comissão Permanente de Licitação (cpl@tre-am.jus.br), que deverá certificar o dia e o horário do recebimento.

§ 1º A cópia da notificação enviada ao licitante deverá ser juntada aos autos, devendo o servidor, responsável por esse procedimento, registrar os dados relativos à confirmação de recebimento.

§ 2º O pregoeiro, antes de analisar o mérito da defesa prévia, deverá certificar, por escrito, a tempestividade da respectiva apresentação ou interposição.

§ 3º Caso o contratado não tenha domicílio ou sede em Manaus/AM, poderá ser apresentada a defesa prévia ou interposto o recurso por intermédio dos Correios, desde que observados os prazos legais.

Art. 7º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Manaus, 02 de junho de 2016.

DESEMBARGADOR YÊDO SIMÕES DE OLIVEIRA

Presidente do TRE



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS

ANEXO III DO EDITAL
Planilha Pesquisa de Preços

Serviço				Preço Unitário – Seguradoras		Preço Médio	
Item	Descrição	Qtd	Und.	A	B	Unitário	Total
01	01 (um) Veículos MICROONIBUS NACIONAL, marca AGRALE, Modelo Mascar Gramini M, diesel, potência 115 CV, 06 tempos, injeção eletrônica, direção hidráulica, capacidade para 28 passageiros, cor branca, ano FAB/MOD 2007/2007, Placa MHL 0652, CHASSI 9BYC3061W7C000049	1	Unid.	R\$ 9.050,00	R\$ 4.500,00	R\$ 6.775,00	R\$ 6.775,00
02	02 (dois) Veículos de marca Ford Focus, Modelo 2L FC flex., álcool e gasolina, potência 148 CV, automático, injeção eletrônica, direção hidráulica, capacidade para 05 passageiros, cor preta, ano FAB/MOD 2012, Placas NOV 5034, CHASSI 8AFTZZFFCCJ015844 e NOV 5044, CHASSI 8AFTZZFFCCJ015848.	1	Unid.	R\$ 5.500,00	R\$ 5.800,00	R\$ 5.650,00	R\$ 5.650,00
03	01 (um) Veículos de marca Nissan, Modelo LE 2.5 4X4, diesel , potência 172 CV, 5 tempos, injeção eletrônica, direção hidráulica, capacidade para 05 passageiros, cor preta, ano FAB/MOD 2008/2009, Placa NOI 0184, CHASSI 94DVCUD409J157558	1	Unid.	R\$ 2.500,00	R\$ 5.300,00	R\$ 3.900,00	R\$ 3.900,00
04	02 (dois) Veículos de marca VW, Modelo Gol 1.0, álcool/gasolina , potência 70	1	Unid.	R\$ 4.800,00	R\$ 4.200,00	R\$ 4.500,00	R\$ 4.500,00



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS

	CV, 5 tempos, injeção eletrônica, direção hidráulica, capacidade para 05 passageiros, cor branca, ano FAB/MOD 2005/2006, Placa JXK 11457, CHASSI 9BWCA05W66P004115 e JXK 1447, CHASSI 9BWCA05W06T038414.						
05	03 (três) veículos tipo VAN, de marca PEUGEOT, Modelo BOXER M330M 23S, DIESEL, potência 127 CV, 5 tempos, injeção eletrônica, direção hidráulica, capacidade para 16 passageiros, cor branca, ano FAB/MOD 2013/2013, Placas OAF 9213, CHASSI 936ZBWMMBD2096788, OAJ 2374, CHASSI 936ZBWMMBD2115306, OAJ-2394 CHASSI 936ZBWMMBD2115315.	1	Unid.	R\$ 21.150,00	R\$ 16.350,00	R\$ 18.750,00	R\$ 18.750,00
06	02 (dois) Veículos de marca TOYOTA, Modelo COROLLA XEI 1.8 VVT, gasolina, potência 136 CV, 5 tempos, injeção eletrônica, direção hidráulica, capacidade para 05 passageiros, cor PRETA, ano FAB/MOD 2005/2006, Placa JKH 6481, CHASSI 9BR53ZEC268625400, JKH-6451, CHASSI 9BR53ZEC268625439	1	Unid.	R\$ 4.800,00	R\$ 5.300,00	R\$ 5.050,00	R\$ 5.050,00
07	02 (dois) Veículos TIPO PICAPE de marca FORD RANGER, Modelo XLSCD4 2.2, DIESEL, potência 160 CV, 5 tempos, injeção eletrônica, direção hidráulica, capacidade para 05 passageiros, cor BRANCA, ano FAB/MOD 2017/2018, Placa PHL 9806, CHASSI 8AFAR23N5JJ053570 e PHL 9793, CHASSI	1	Unid.	R\$ 12.000,00	R\$ 11.800,00	R\$ 11.900,00	R\$ 11.900,00



	8AFAR23N0JJ056005.						
TOTAL DOS ITENS POR FORNECEDOR				R\$ 59.800,00	R\$ 53.250,00		R\$ 56.525,00
VALOR GLOBAL ESTIMADO						R\$ 56.525,00	